



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260622PE00007

CONTRATO Nº: 00106/2026-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS E CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Cachoeira dos Índios - Avenida Governador João Agripino, 20 - Antônio Leite Rolim - Cachoeira dos Índios - PB, CNPJ nº 08.923.997/0001-63, neste ato representada pelo Prefeito Alyson Francisco de Moura Sousa, Brasileiro, Casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Jose Leite Rolim, SN - Casa - Centro - Cachoeira dos Índios - PB, CPF nº 075.552.894-82, Carteira de Identidade nº 3147703 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - RUA PRESIDENTE QUARESMA, 1105 - ALECRIM - NATAL - RN, CNPJ nº 40.787.152/0001-09, tel.: (84)3213-6910 / (84) 999, e-mail: cirufar@terra.com.br, neste ato representado por Vicente de Paulo Avelino Sobrinho, Brasileiro, Casado, Empresario, residente e domiciliado na Rua Jaguarari, 2622, Condomínio Atlantida - Lagoa Nova - Natal - RN, CPF nº 105.939.694-72, Carteira de Identidade nº 241645 SSP/RN, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00007/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Complementar nº 73, de 30 de Setembro de 2022; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Estadual nº 42.967, de 25 de Outubro de 2022; Decreto Municipal nº 002, de 07 de Janeiro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria nº PE 00007/2026 - 04, de 26 de Agosto de 2026, tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E MEDICAMENTO PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00007/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 103.647,00 (CENTO E TRÊS MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS).

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ACETILCISTEINA 600MG	E.M.S	SACHÊ	1000	1,00	1.000,00
2	ACETILCISTEINA XRP 20MG INFANTIL	E.M.S	FRASCO	500	6,50	3.250,00
3	ACETILCISTEINA XRP 40MG ADULTO	E.M.S	FRASCO	500	7,50	3.750,00
6	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG CP	E.M.S	COMPRIMIDO	30000	0,04	1.200,00
7	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO	NATULAB	COMPRIMIDO	20000	0,05	1.000,00
8	ACIDO GRAXOS ESSENCIAIS FRASCOS DE 200ML	NUTRIEX	FRASCO	300	8,50	2.550,00
15	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	1200	0,27	324,00
16	Alprazolam 0,25 mg	E.M.S	Comprimido	8000	0,10	800,00
17	Alprazolam 0,5 mg	E.M.S	Comprimido	8000	0,07	560,00
18	Alprazolam 1 mg	E.M.S	Comprimido	6000	0,07	420,00

19	Alprazolam 2 mg	E.M.S	Comprimido	5000	0,12	600,00
23	amitriptilina 25 mg Comp	E.M.S	UND	20000	0,04	800,00
26	Amoxilina + clavulanato de potássio . 400mg + 57mg/ml suspensão oral)	E.M.S	Frasco	500	19,50	9.750,00
28	ANLÓDIPINO, BESILATO 10MG	E.M.S	COMPRIMIDO	20000	0,06	1.200,00
33	ATENÓLOL 50MG COMPRIMIDO	E.M.S	COMPRIMIDO	10000	0,05	500,00
36	Bromazepam 3mg	E.M.S	Comprimido	2000	0,10	200,00
37	Bromazepam 6mg	E.M.S	Comprimido	2000	0,18	360,00
47	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,14	280,00
48	CARVEDILOL 3,125MG COMPRIMIDO	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,09	180,00
49	CAVERDILÓL 12,5 MG (COMPRIMIDO)	E.M.S	COMPRIMIDO	1200	0,09	108,00
50	CAVERDILÓL 6,25 MG (COMPRIMIDO)	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,09	180,00
54	CETOCONAZOL 20 MG/G CREME 30 G	HIPOLABOR	TUBO	500	3,83	1.915,00
56	CETÓPROFENO 150 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	3000	0,64	1.920,00
57	CETÓPROFENO 50 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	3000	0,24	720,00
64	Clonazepam 2mg	E.M.S	Comprimido	20000	0,05	1.000,00
71	Cloridrato de duloxetina 30 mg	E.M.S	Comprimido	2000	1,10	2.200,00
72	Cloridrato de duloxetina 60 mg	E.M.S	Comprimido	2000	1,69	3.380,00
73	Cloridrato de Memantina 10 mg	E.M.S	comp.	2000	0,25	500,00
79	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	E.M.S	comp.	1000	0,21	210,00
85	COMPLEXO B COMPRIMIDO	AIRELA	COMPRIMIDO	6000	0,06	360,00
87	DESLORATADINA XAROPE	E.M.S	FRASCO	1000	7,01	7.010,00
88	DESVENLAFAXINA 100 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,91	1.820,00
89	DESVENLAFAXINA 50 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,72	1.440,00
98	DICLOFENACO GEL	CIMED	BISNAGA	500	7,82	3.910,00
99	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	COMPRIMIDO	10000	0,08	800,00
101	DIPIRONA 1G	E.M.S	COMPRIMIDO	4000	0,62	2.480,00
110	ESPIRONOLACTONA 25 MG (COMPRIMIDO)	E.M.S	COMPRIMIDO	8000	0,21	1.680,00
111	ESPIRONOLACTONA 50 MG (COMPRIMIDO)	E.M.S	COMPRIMIDO	4000	0,39	1.560,00
122	GLICAZIDA 30MG	E.M.S	COMPRIMIDO	8000	0,12	960,00
123	GLICAZIDA 60MG	E.M.S	COMPRIMIDO	3000	0,24	720,00
131	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 100 ML-0,62G / 10 ML (SUSPENSÃO)	AIRELA	FRASCO	1000	3,09	3.090,00
132	IBUPROFENO 300 MG (COMPRIMIDO)	MULTILAB-E.M.S	COMPRIMIDO	8000	0,12	960,00
134	IBUPROFENO SUSPENSÃO ORAL 30ML	MULTILAB-E.M.S	FRASCO	500	2,19	1.095,00
135	IVERMECTINA 6 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	1000	0,27	270,00
137	LACTULOZE LIQUIDO 100 ML	NATULAB	FRASCO	300	9,93	2.979,00
138	Lamotrigina 25 mg	ZYDUS	Comprimido	2000	0,28	560,00
150	LORATADINA XAROPE 1 MG/ML	AIRELA	FRASCO	500	3,70	1.850,00
154	MEMANTINA 10 MG	E.M.S	COMPRIMIDO	3000	0,25	750,00
157	METILDOPA 250 MG (COMPRIMIDO)	E.M.S	COMPRIMIDO	2000	0,78	1.560,00
159	METOCLOPRAMIDA 10 MG (COMPRIMIDO)	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	800	0,10	80,00
164	MICONAZOL TOPICO	HIPOLABOR	BISNAGA	1000	5,03	5.030,00
169	NIMESULIDA 50 MG/ML GTS	E.M.S	FRASCO	1000	1,99	1.990,00
173	OMEPRAZOL 40MG	E.M.S	COMPRIMIDO	20000	0,21	4.200,00
175	Oxalato de Escitalopram 20 mg	E.M.S	comprimido	5000	0,19	950,00
176	Oxalato Escitalopram 10 mg	E.M.S	Comprimido	5000	0,12	600,00
185	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO DE; SOLUÇÃO ORAL 3 MG/ML XAROPE 100 ML	HIPOLABOR	FRASCO	400	8,66	3.464,00
192	Quetiapina de 100 mg	E.M.S	comprimido	3000	0,48	1.440,00
193	Quetiapina de 25 mg	E.M.S	comprimido	3000	0,11	330,00
204	SOMALGIMCARDIO 100MG	E.M.S	COMPRIMIDO	3000	0,18	540,00
212	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRINA 50 ML + 200 MG/5 ML (SUSPENSÃO)	E.M.S	FRASCO	400	4,28	1.712,00
215	SULFATO FERROSO COMPRIMIDO	AIRELA	COMPRIMIDO	25000	0,06	1.500,00
224	VITAMINA D 500000UI	BIOLAB	CAPSULA	5000	0,74	3.700,00
226	VITAMINA D 7000UI	BIOLAB	CAPSULA	5000	0,28	1.400,00
					Total:	103.647,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/06/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

18.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.122.2002.2027 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

500 Recursos não Vinculados de Impostos

3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.32.01 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde

08.00 SECRETARIA DE SAUDE

3.3.90.32.01 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO

10.301.2002.2113 ASSISTÊNCIA DE SAUDE A POPULACAO

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até 26/08/2027, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se esta contratação, de fornecimento contínuo. Portanto, no caso de prorrogação, o quantitativo originalmente contratado é renovado para cada novo período de vigência, respeitados o limite e requisitos estabelecidos na legislação pertinente. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para

a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Cajazeiras/pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Cachoeira dos Índios - PB, 26 de Agosto de 2026.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

ALYSON FRANCISCO DE MOURA SOUSA
Prefeito
075.552.894-82

PELO CONTRATADO

CIRUFARMA COMERCIAL LTDA
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO
105.939.694-72